

zação pode ser ética ou não-ética. E todos nós sabemos como o conhecimento vem sendo usado, muitas vezes, totalmente desprovido de uma visão ética. Budapeste defende essa visão ética do conhecimento, para ajudar a reduzir a pobreza e as injustiças. É próprio da UNESCO, sempre que ela faz essas declarações mundiais ou convoca esses grandes eventos internacionais, dar seguimento: dialoga com governos e depois faz reuniões de acompanhamento. Em relação à universidade, a Declaração sobre a Universidade para o Século XXI, no ano de 2003, ela convoca uma reunião em Paris para discutir: o que está acontecendo. O que aconteceu no mundo depois dessa declaração? E Paris, então, constata e discute aquelas tensões que precisavam ser superadas para que a universidade então pudesse delinear um novo futuro. As tensões entre permanência e mudança; entre a unidade e a diversidade; entre o recolhimento em uma torre de marfim e uma abertura para a sociedade; entre o global e o local; entre o público e o privado; entre o papel do Estado e o papel do mercado.

A reunião de Paris em 2003 conclui que há duas alternativas para a universidade: continuar em um sentido que gera a exclusão e que debilita a democracia ou mudar, de modo a fortalecer o papel da universidade na construção de uma civilização sem exclusão, com ação concentrada a serviço das populações e do desenvolvimento sustentado. Essa reunião chega, também, a uma conclusão extremamente importante: em nenhuma época da história da humanidade o bem estar das nações depende de forma tão direta da qualidade e da abrangência de seus sistemas e instituições de educação superior. A partir dessas colocações, a UNESCO passou a uma reflexão: como operar isso? Primeira recomendação: uma profunda ligação da universidade com a busca do desenvolvimento sustentável das nações; a defesa da universidade como um bem público para que ela não entre nessa mercantilização que está acontecendo hoje no mundo. Isso é extremamente fundamental. Seu compromisso civilizatório, seu compromisso com as pessoas e com a redução das injustiças. Além de reduzir o hiato de conhecimento entre os países ricos e os países pobres que está se acentuando de forma catastrófica. Vindo daí, a importância da produção do conhecimento, a importância da pesquisa e a importância da extensão.

A extensão como um veículo que faz a comunidade chegar à universidade. E, para usar uma expressão do Boaventura Santos, como um processo em que a comunidade interpela também a universidade, interpela a ciência, apresentando as suas demandas para a ciência. Para tirar a universidade dessa torre de marfim, não podemos esquecer que, do ponto de vista histórico do desenvolvimento da universidade, ela também teorizou muitas injustiças. Diríamos agora que nós estamos diante da necessidade de um resgate da universidade e da

quebra do elitismo da universidade. Desta forma, sobressai a centralidade da extensão, mas para tanto há necessidade de um projeto de país. A universidade só vai conseguir atingir essa meta mantendo a sua autonomia, mas concertada também por um projeto de país e uma política de Estado. Isso é importante porque ela não é uma instituição que opera isoladamente, no vazio. Para tanto, a universidade tem que enfrentar o novo com novas possibilidades, com novas alternativas. E de novo vem o papel da extensão como aquele mecanismo da universidade que em tese está mais próximo do povo, mais próximo da comunidade e da sociedade.

Boaventura Santos propõe uma ecologia dos saberes. Uma forma de extensão ao contrário. Um diálogo entre o saber científico e o saber leigo. A extensão mediando esse diálogo e esse diálogo sendo enriquecedor para as duas partes: para a comunidade e para a universidade. Esse diálogo pode ser um ponto central de renovação da instituição universitária. Esse diálogo é que vai dar nova vida à relação universidade e sociedade, contextualizando o que a universidade faz e contextualizando o conhecimento. A ciência convocando a universidade e a comunidade convocando a ciência para resolver os seus problemas. Essa proposta se insere nessa visão da UNESCO de uma universidade para o século XXI, de uma universidade que retira suas forças no popular.

Gorki, o famoso escritor russo, escreveu "As minhas universidades", onde ele narra a aprendizagem que ele obteve nas esquinas, nas ruas. Isso vem a propósito hoje. É desses problemas sociais que a universidade vai tirar as suas forças, vai alimentar o seu processo de pesquisa, vai renovar e vai reconquistar a sua credibilidade, que está abalada.

## A universidade brasileira e as políticas sociais



Patrus Ananias  
Ministro do Desenvolvimento Social e  
Combate à Fome

Por não me considerar um especialista em Universidade, falo do ponto de vista do militante político, do ministro e, ao mesmo tempo, de alguém que tem uma ligação afetiva e profissional da Universidade como professor. Nessa perspectiva, desenvolvo um nível de reflexão no qual me proponho a apresentar algumas questões a partir do que pude ler ao longo de minha modesta experiência. Apresento, por-

tanto, basicamente dois pontos de vista. Primeiro, de onde reproduzo e enfatizo o que vejo da universidade a partir de dentro – nas condições de ex-aluno e de professor. Em seguida, o que observo de fora, como cidadão, militante político e social.

O primeiro ponto quanto ao papel da universidade me parece consensual: produzir conhecimento e ampliar suas fronteiras. Segundo, democratizar esse conhecimento; levar e buscar também a cultura da universidade na esquina. Quando, no apagar das luzes da ditadura, começaram a soltar bombas nas bancas de revista, o poeta Carlos Drummond Andrade protestou vigorosamente: “é preciso preservar a universidade do povo”. As bancas de revistas são a universidade do povo. O povo pára, lê os jornais, comenta um com o outro, discute os temas políticos, culturais, esportivos etc.

Mas é importante também não cairmos no paternalismo, numa espécie de populismo do saber, do conhecimento. Existe um conhecimento metódico, ordenado, articulado que precisa ser sistematizado e disponibilizado para as pessoas, as famílias, as comunidades carentes. Aqui eu gostaria de chamar a atenção para dois pontos sobre os quais a universidade precisa se debruçar. Primeiro, a questão do saber vinculado à questão da cidadania, o que nos remete à *Paidéia* grega, um conhecimento sobre os temas fundamentais da ciência, o conhecimento filosófico que ordena os temas técnicos. Nos remete, sobretudo, à busca do conhecimento da convivência, ou seja, a questão do saber dentro da sociedade. É necessário pensar o saber a partir e dentro dos valores éticos, democráticos, convencionais e da solidariedade. Poderíamos dizer que há um saber mais reflexivo, da razão, mas há também um saber, um conhecimento do coração. Há também um saber que é articulado a partir dos sentidos, dos sentimentos, dos desejos. E sem esse nível de reflexão, de elaboração teórica e prática na convivência humana do dia-a-dia, penso que o fundamental não será conquistado, que é a construção das bases da convivência e das relações democráticas. Não uma democracia formal, que se reduz a processos eleitorais ou à democracia representativa, por mais importante que sejam; mas uma democracia que parte da convivência entre as pessoas, das relações familiares, nas relações de gênero, nas relações inter-raciais, nas relações com os diferentes e com as diferenças, na relação de culturas. A democracia nas relações de trabalho, a democracia nas escolas, nas universidades, sem confundirmos democracia com democratismo. Democracia tem regras, procedimentos, prazos e pressupõe uma relação de deveres, direitos e responsabilidades, além de ter um compromisso também com alguns resultados. Na universidade é o resultado do conhecimento, do saber e da expansão da cultura.

A outra questão que apresento é a da reflexão, prin-

cipalmente no que diz respeito à sua dimensão subjetiva. O conhecimento, que está fora de nós, em objetos externos da ciência, é sempre elaborado e construído ou refletido a partir de nós e isso é uma conquista da hermenêutica moderna. Quando elaboramos sobre algo, isso é feito com a nossa história, com a nossa visão, com a nossa concepção, com os nossos pré-conceitos, com os nossos pré-juízos, enfim, com as nossas neuroses, com as nossas virtudes, possibilidades, mas também com as nossas limitações, com as nossas cegueiras. Precisamos ter consciência de que é sempre uma visão parcial. Neste ponto há que se destacar a contribuição da psicanálise, a partir de Freud, que é extremamente civilizatória, possibilitadora, mas ainda pouco explorada. Diz respeito justamente à nossa incapacidade de pensar sobre e a partir de nós mesmos como um entrave às relações sociais, inclusive em trabalhos em grupos e em construções coletivas. Quando se apresenta um problema, a nossa tendência natural é a de jogar a responsabilidade em outros, diante da grande dificuldade que temos de dar essa volta mais profunda sobre nós mesmos. Penso que essa questão da reflexão, no sentido mais tenso da palavra, se apresenta como um grande desafio.

Nesse sentido, vale uma observação do ponto de vista histórico para analisarmos as condições dadas. Os últimos 30 anos foram muito ruins para a humanidade, a começar pela onda neoliberal, essa globalização de um lado só, essa globalização econômica. E há, ainda, um recuo cultural, um empobrecimento nos valores, nas relações, com a exacerbção do individualismo, do consumismo, do econômico. Assim, apresenta-se para nós, no Brasil, o desafio de dilatar as fronteiras do conhecimento a partir dessa reflexão, ou seja, um conhecimento mais inteirado, onde nós nos coloquemos também dentro desse processo. E isso passa pela capacidade de ampliar uma autocrítica amorosa, de uma reflexão mais ampla sobre nós mesmos, sobre as condições em que nós vivemos.

Ainda no campo dos desafios do conhecimento, temos o desafio do conhecimento multidisciplinar. Nos últimos tempos, houve uma grande ênfase no conhecimento técnico e especializado, conhecimento setorial, voltado para um determinado objeto, para um determinado resultado. É o predomínio do conhecimento da competência técnica profissional em uma determinada área. Em contraponto, temos o desafio de desenvolver um conhecimento mais transversal, multidisciplinar, que promova o encontro de diferentes áreas do saber nas chamadas avenidas do conhecimento. Percebo isso analisando a minha área de estudo. Confesso que eu sou um tanto indigente no campo das chamadas Ciências Exatas. Mas mesmo essas ciências, que são fundamentais hoje no campo do conhecimento tecnológico, da informática, encontram uma interface enorme com a



área de onde eu venho, onde eu tenho uma vivência maior que são as chamadas Ciências Sociais, Humanas, da área da História, do Direito, do campo da Filosofia, da Política etc. e precisamos reconhecer isso. Não dá para restringir o conhecimento a áreas estanques e tenho defendido isso em minha vida profissional. Durante o tempo em lecionava havia uma tendência dos alunos a quererem se especializar no primeiro período. Eles falam: “professor, eu quero ser especialista em Direito Penal, então eu não preciso saber Direito Constitucional, Civil”. Eu devolvo com uma questão: “Que penalista você vai ser, meu filho, sem conhecer o Direito Constitucional, sem conhecer o Direito Civil? Tem dois mil anos de construção, que é a base de qualquer área de conhecimento do Direito”.

Valho-me essa introdução para apresentar a questão sobre a qual me proponho a falar que é o desenvolvimento social ou das políticas públicas a partir do desafio da integração, da intersectorialidade. Tenho apresentado isso com muita franqueza e faço também uma *mea culpa* porque nós ajudamos a construir um pouco isso nas décadas de 1970 e de 1980, na luta contra a ditadura com uma visão fragmentada da realidade. Certamente houve muitas conquistas, foram questões muito importantes num certo momento, mas agora precisam ser integradas. No campo das políticas sociais, por exemplo, corremos o risco de termos áreas isoladas e temos o que eu chamo de uma setorização das políticas públicas, nas políticas voltadas para essa linha do desenvolvimento social. A assistência social acumulou uma belíssima história a partir das conquistas na Constituição de 1988, no contexto da seguridade social, assistência à saúde, previdência e depois a Lei Orgânica de Assistência Social, sem se esquecer do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto do Idoso. No entanto, há um risco de se criarem áreas completamente distantes. A saúde, por exemplo, tem seu sistema próprio, o SUS. E há pessoas da área que tratam da questão em termos estritos, ou seja, a saúde é o atendimento médico hospitalar e ambulatorial e é o cuidado preventivo, excluindo da discussão questões ligadas às questões da alimentação. Depois, nos Conselhos de Assistência Social, a história se repete com pessoas que têm uma visão da área fechada nas políticas específicas. O raciocínio segue em outras áreas.

Certamente cada uma dessas áreas tem sua especificidade: a educação, a saúde, a previdência social, a assistência social e, agora mais recentemente, as políticas de segurança alimentar, que estamos consolidando no Brasil, as políticas de renda familiar. Mas, dentro das características de cada uma temos de encontrar espaços unificadores. Há que haver um espaço, em que preservando essas diferenças, nós possamos somar, criar interação nas políticas públicas na linha do desenvolvimento social. Pelo contrário, corremos o risco de

cair numa situação perigosa de dizer: “aqui são os meus pobres, aqui cuido eu”. É necessário ter cuidado com isso e dizer que não vamos “acabar com os pobres”, vamos acabar com a pobreza. E isso só será possível quando os pobres começarem a conquistar sua emancipação.

Essa é uma questão que temos discutido no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, porque eu tenho uma responsabilidade e estamos integrando áreas diferentes. Agora estamos buscando a implantação da Segurança Alimentar e as políticas de renda familiar, renda básica, renda cidadã, hoje puxadas pelo Bolsa Família e mantendo ainda, enquanto o Bolsa Família não atende a todos, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação etc. Por isso, temos esse desafio de integrar o ministério e estamos conseguindo integrar também o ministério com outras políticas sociais do nosso governo federal e também dos governos estaduais e municipais.

É neste ponto que gostaria de pedir a contribuição da universidade porque precisamos construir novos paradigmas de conhecimento no campo das políticas públicas, das políticas sociais, a começar por esse contexto que estamos vivendo, por exemplo, da integração do desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social. Durante muito tempo, ao longo do século 20, acreditava-se que o desenvolvimento econômico, por si só, levaria a uma sociedade mais justa, inclusiva, solidária, mas a história mostrou que isso era um equívoco. Hoje sabemos que o desenvolvimento econômico é condição necessária, mas não suficiente para promover a distribuição de renda, para fazer as reformas sociais necessárias, para promover a justiça social. O Brasil é um exemplo muito claro. Durante o século 20, especialmente entre 1930 e 1980 o país cresceu muito e talvez tenha sido o país que mais cresceu economicamente. Nós saímos, no início do século 20, de uma posição absolutamente marginal, secundária no contexto internacional e chegamos com um crescimento acelerado (sobretudo a partir de 1930) nos anos de 1970 até 1980, à condição de oitava economia do mundo. Em contrapartida, para se ter uma idéia da tragédia social brasileira, a partir de 1970 o crescimento já anunciava o seu descenso e já éramos 90 milhões; 34 anos depois somos o dobro, 180 milhões. Em 1970 nós já tínhamos uma dívida social brutal, porque crescemos, mas não distribuímos renda. À época, o ditador Médici dizia: “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Dizia isso demagogicamente, é claro, naqueles discursos preparados que ele fazia, de tão triste memória. E nesses 34 anos dobramos a população ao mesmo tempo em que tivemos duas décadas perdidas. O país praticamente não cresceu nos anos 80 e 90. Houve breves refluxos econômicos, chamados vôo de galinha. Crescia um pouquinho, parava mais três ou quatro anos.

Entretanto, quero chamar a atenção para o fato de

que o Brasil cresceu e parou em 80. Por que parou? Nós estamos chegando à conclusão hoje de que faltou sustentabilidade social. O país não criou mercado interno, não criou mercado consumidor. O desenvolvimento social, além da sua dimensão ética, moral, da dignidade humana, do direito à vida, tem também uma dimensão prática, econômica, que é a dimensão no sentido de dar conseqüências, desdobramentos ao crescimento econômico, que precisa de fato incorporar pessoas ao mercado. O Brasil é um país com 180 milhões de habitantes e nós temos praticamente a metade da população excluída, que não consome ou consome muito pouco, que não tem uma participação ativa no mercado interno.

Creio que estamos avançando nesse sentido. Temos feito algumas pesquisas setoriais e estamos identificando algumas das nossas políticas sociais, na retomada do crescimento econômico e do emprego. Porque essas políticas de renda familiar, que despertam tanta polêmica, estão tendo uma incidência positiva nas economias locais e regionais, estimulando o comércio local, a produção local, os arranjos produtivos. Isso mostra como o desenvolvimento social também é fundamental para o crescimento econômico. Não é crescer para incluir, na verdade é incluir para crescer, ou as duas coisas simultaneamente.

Nessa linha, quero também pedir outra contribuição da universidade para avançarmos. No campo das políticas sociais temos hoje novos cortes que transcendem essa questão de saúde, assistência social, educação, segurança alimentar. Há, hoje, desafios que atravessam todos esses pontos, como o desenvolvimento regional, por exemplo. O projeto nacional, o desenvolvimento estratégico, econômico e social, cultural, a emancipação histórica do povo brasileiro passam também pelo local, pelo regional. Somos um país continental, com 5.561 municípios, com muitas diversidades e diferenças humanas, étnicas, culturais, mas também diversidades geográficas, econômicas etc. É, também, um país altamente descentralizado, pois os municípios receberam da Constituição de 1988 um reconhecimento jurídico e financeiro como jamais houve na história brasileira.

Quase todas as políticas sociais do governo federal, para não dizer todas, passam pelas prefeituras. Isso acontece com o Bolsa Família, o cadastro, o programa de erradicação do trabalho infantil, os programas de segurança alimentar, os restaurantes populares, as hortas e cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, aquisição da agricultura familiar e, portanto, o apoio a pequenos e médios produtores rurais, políticas de geração de emprego e renda, dentre outras. O governo federal, de Brasília, não opera esse país enorme, sobretudo porque as prefeituras têm um poder muito grande.

O município desempenha papel fundamental nas parcerias e tem uma tarefa importante a desempenhar no desenvolvimento local e regional. São as políticas

para estimular os arranjos produtivos, incubadora de empresas, apoio a micro, pequenos e médios empresários, formação de empreendedores, sobretudo entre os jovens, com uma nova mentalidade social, ambiental, o estímulo ao cooperativismo e ao associativismo.

No Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, as políticas se articulam em torno de núcleo familiar e esse tem sido o tema coesionador e multiplicador de nossas ações. Temos o Bolsa Família, o Programa de Atendimento Integral à Família, os Benefícios de Prestação Continuada que são pagos a idosos e portadores de deficiência seguramente inseridos numa família. Programas como o Agente Jovem têm também sua referência nas famílias. Além disso, a juventude é outro desafio, principalmente diante do quadro social e da violência que se intensifica na periferia. Em torno da juventude se desenvolve uma problemática social, transversal. A partir do problema da violência, da falta de segurança, identificamos os problemas da educação, da saúde, do trabalho, da cultura, todos relacionados com alcoolismo e tráfico de drogas. Nesse quadro, a juventude passou a ser o ponto de referência de uma série de políticas.

Aí volta a questão da exigência da transversalidade, da intersectorialidade, pois o ministério não combate a pobreza sozinho, nem o da Saúde age sozinho, nem o da Educação, nem o da cultura e nem as universidades. Tampouco os governos estaduais e municipais agem sozinhos. Temos de fazer uma ação integrada de convergência em torno disso. Nosso desafio com a juventude, além de integrar essas políticas, é entender o imaginário desses jovens. Por exemplo, nesse contexto neoliberal, marcado pelo individualismo, pelo consumismo, pela lógica do ter, do cada um por si, como fica a cabeça dos nossos jovens pobres de periferia? Mesmo em relação aos jovens de classe média e da classe média baixa, temos de nos perguntar como eles reagem a esse massacre do consumismo.

Quando fui prefeito de Belo Horizonte, dizia que nosso desafio era tirar os meninos da rua e colocá-los na escola e no trabalho. Logo descobri que menino criado na rua não tem cabeça para escola e nem para trabalho. É uma outra realidade, é uma outra relação que há de ser construída, principalmente porque temos de criar as condições que vão permitir mudar a vida desses jovens. Temos um grande desafio pela frente para enfrentarmos juntos e nesse sentido torna-se fundamental a disposição de repensar as orientações das políticas sociais, das políticas públicas a partir dos novos paradigmas que se apresentam na atualidade.